



5453344



08020.006044/2017-73



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DA 102ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília/DF, às 14 horas e 45 minutos, teve início a 102ª reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNPS) para tratar da seguinte **PAUTA**: [1] Apresentação dos novos Conselheiros; [2] Apresentação do Conselho Gestor e de seu funcionamento; [3] Eleição do Vice-Presidente; [4] Apresentação da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp; [5] Apresentação da situação do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNPS no exercício de 2017. Compareceram: o Presidente e Representante titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (**MJSP**), **Carlos Alberto dos Santos Cruz**; e os seguintes membros **Jean Ricardo Alves Duque** (representante suplente do **MJSP**); **João Francisco Goulart dos Santos** (representante titular do **MJSP**); **José Fernandes Pontes Júnior**, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (**MP**); **Sylvio Cezar Koury Musolino Filho** (representante titular da **Casa Civil**); **Luiz Coimbra Barbosa** (representante suplente da **Casa Civil**); **Hélio Fernando Rosa de Araújo** (representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (**GSI**)); **Márcio Paulo Buzanelli** (representante suplente do **GSI**); **Irina Karla Bacci** (representante suplente da Secretaria dos Direitos Humanos (**SDH**)). Justificaram a ausência os seguintes membros: Karolina Alves Pereira de Castro (representante titular da **SDH**); Edivaldo Fortunato Pereira (representante suplente do **MJSP**); Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso (representante suplente do **MP**). Também estiveram presentes como ouvintes: Kalid Nogueira Choudhury; Leonardo Gomes Vieira; Ana Paula Garutti da Silva; Leandro Arbogast da Cunha; Rinaldo de Souza; Carlos Afonso G. Gomes Coelho; Joviano Conceição Lima; Julio Cezar Dias Vieira; Mariana Pereira Rêgo; Danielle Mendes Rodrigues. **ABERTURA DA REUNIÃO**: O **Presidente**, após proceder aos cumprimentos de praxe e agradecer a presença de todos, destacou a importância do Conselho Gestor e da necessidade de sua reativação, tendo ficado um ano e sete meses sem realizar reuniões. **APRESENTAÇÃO DOS NOVOS CONSELHEIROS**: Iniciados os trabalhos, o **Presidente** cedeu a palavra para cada um dos presentes se apresentar. **APRESENTAÇÃO DO CGFNPS**: O **Presidente** seguiu com a apresentação do Conselho Gestor do FNPS fazendo menção à Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNPS) e ao Regimento Interno do CGFNPS, aprovado pela Portaria nº 446, de 26/02/2014. Procedeu a leitura de alguns artigos do Regimento Interno, como o art. 2º que trata da competência do Conselho, bem como os arts. 14, § 1, e 18. Falou da necessidade de submissão das decisões do Conselho à aprovação do Ministro da Justiça (art. 21, RI) e de publicação dos atos no portal do MJ (art. 19, RI). Pontuou que a última reunião do CGFNPS ocorreu em 17/12/2015, manifestando o compromisso de reativar as atividades do Conselho. Destacou ainda que os conselheiros podem solicitar à Senasp, com antecedência, informações que julgarem relevantes aos trabalhos. **DELIBERAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO**: Na sequência, o **Presidente** propôs ao Conselho alteração do caput do art. 7º do Regimento Interno, que trata da periodicidade mensal das reuniões ordinárias. Alegou que a reunião mensal envolve diversas variantes que obstat a sua realização. A proposta feita consiste em prever regimentalmente reuniões ordinárias bimestrais. Destacou que em situações excepcionais, como a disponibilização de emendas que culminem em projetos na Senasp e necessidade de submissão ao colegiado, o Conselho poderá ser convocado em reunião extraordinária. Aberta a votação, votaram A FAVOR da alteração das reuniões ordinárias do Conselho Gestor para periodicidade bimestral: **Carlos Alberto dos Santos Cruz** (Presidente); **João Francisco Santos** (representante titular **MJSP**); **José Fernandes Pontes Júnior** (representante titular do **MP**); **Sylvio Cezar Koury Musolino Filho** (representante titular da **Casa Civil**); **Hélio Fernando Rosa de Araújo** (representante titular do **GSI**); **Irina Karla Bacci** (representante suplente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). Não houve voto divergente. Aprovada a periodicidade bimestral, o **Presidente** propôs cronograma de reuniões ordinárias sempre na última semana dos meses ímpares e que a próxima reunião ordinária ocorra em setembro de 2017. Não houve oposição dos conselheiros ao formato do cronograma. **ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE**: O **Presidente** informou da necessidade de designação de vice-presidente para o conselho e que conforme previsão regimental este é escolhido pelo colegiado, entre seus membros. O **Presidente** então perguntou se alguém possuía indicação de nome para candidatar ao cargo, não havendo manifestação dos conselheiros, indicou Jean Ricardo Alves Duque que foi eleito com unanimidade. **APRESENTAÇÃO DA SENASP**: O **Presidente** realizou a leitura do art. 13, do Decreto 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, que trata das competências da Senasp, tecendo comentários aos incisos. Frisou alguns desafios e dificuldades enfrentadas pela Senasp, tais como: necessidade de reativar as atividades do Conasp; falta de integração das instituições; bancos de dados limitados e sem integração; falta de compartilhamento de programas ou sistemas de sucesso entre os órgãos de segurança; riscos crescentes que policiais estão submetidos; situação complicada da segurança pública no Brasil. Na sequência, o **Presidente** apresentou o organograma da Senasp, destacando a existência de quatro departamentos e da Coordenação-Geral de Inteligência e comentando as principais atribuições e dificuldades: [1] Departamento de Políticas, Programas e Projetos (Depro): pensado para ser o responsável em administrar e gerenciar projetos relevantes como o de integração de inteligência, mas atualmente está sobrecarregado com demandas de cerca 360 convênios e escassa mão de obra. Falou que tal panorama inviabiliza, por exemplo, medir eficácia e resultados a contento de projetos e programas importantes como “Crack é possível vencer”, “Mulheres da Paz”. Atualmente, a Senasp tem de um lado cerca de 240 emendas parlamentares ligadas ao Fundo Nacional de Segurança Pública e de outro o Tribunal de Contas da União (TCU) determinando que a Senasp não celebre convênios se não tiver condições adequadas para geri-los. O **Presidente** frisou que a Senasp sofre com reduzidíssimo quadro de pessoal e enorme demanda de trabalho. Declarou a intenção de elaborar manifestação ao TCU informando que não irá celebrar convênios enquanto não tiver estrutura adequada, posto que não pode arriscar a sofrer penalidades nem dar ao servidor uma responsabilidade de fiscalizar a execução de quantidade irrazoável de convênios. [2] Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (Depaid): em linhas gerais, cuida da parte de ensino e educação à Distância e apresenta bons resultados. Enfrenta dificuldade de colher dados e produzir estatísticas devido a discrepância de registros entre as instituições de segurança. [3] Departamento de Execução e Avaliação do PNSP (Deapseg): é o setor administrativo da Senasp, uma de suas coordenações-gerais é responsável pelas prestações de contas de convênios, que atualmente possui um passivo de cerca de 1500 prestações e um déficit de servidores para análise. [4] Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP): responsável pelas ações da Força Nacional. Hoje ele consome grande parte dos recursos do Fundo, pois os mobilizados não constam de folha de custeio da União, sendo pagos por meio de diárias e se não houver recursos para tal o profissional deverá ser devolvido ao órgão de origem ou simplesmente desmobilizado. O **Presidente** explicou ainda que a Força Nacional retribui os estados que cedem seus profissionais à Senasp por meio de legado. Esclareceu, todavia, que com o contingenciamento de recursos a Senasp não tem cumprido a sua parte a contento, prejudicando inclusive a credibilidade com as instituições. O **Presidente** concluiu a apresentação resumindo os eixos de atuação da Secretaria: Articulação e integração dos órgãos de segurança pública; Modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública; Estudos e pesquisas voltados à redução da violência e da criminalidade; Sistemas nacionais de informações Inteligência em segurança pública; Ações

de prevenção da violência e da criminalidade; Atuação na faixa de fronteiras; Campanha do desarmamento; Capacitação e valorização de profissionais de segurança pública; Força Nacional de Segurança Pública; Conselho Nacional de Segurança Pública. **APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO FNSP NO EXERCÍCIO DE 2017:** Ato contínuo, o **Presidente** cedeu a palavra ao Coordenador-Geral de Orçamentos e Finanças (CGOFin/Deapseg/Senasp), **Leonardo Gomes Vieira**, que apresentou aos conselheiros um resumo do orçamento vinculado ao Fundo, conforme os três quadros abaixo, e informou que detalhamentos podem ser disponibilizados a pedido dos conselheiros:

UO	Ação	Dotação inicial	Dotação atualizada	Limite de empenho	Despesas empenhadas	Saldo limite de empenho	Despesas pagas
	Total	606.376.348,00	503.681.442,00	268.827.092,00	165.325.125,25	103.501.966,75	120.471.612,63
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	20ID APOIO A MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.238.430,00	2.543.524,00		1.932.146,77		1.932.146,77
	215R APERFEICOAMENTO DA GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.285.000,00	27.285.000,00		13.429.893,65		13.429.893,64
	2320 MANUTENCAO DO SISTEMA INTEGRADO DE EDUCACAO E VALORIZACAO PR	5.790.000,00	7.572.000,00		6.300.757,20		2.342.088,32
	2B00 FORCA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	571.062.918,00	466.280.918,00		143.662.327,63		102.767.483,90

DESPESAS A SEREM EMPENHADAS	
Diárias/passagens FN - SET a Dez -2350 homens	R\$ 63.168.000,00
Despesas Capacitação	R\$ 1.236.000,00
SINESP	R\$ 13.855.106,35
TED PRF	R\$ 11.800.000,00
GASTOS COM INTELIGÊNCIA	R\$ 23.229.920,00

"LEGADO E OUTRAS DESP. OBRIG. NÃO EMPENHADAS"	R\$ 106.000.000,00
TOTAL	R\$ 219.289.026,35
SALDO DE LIMITE DE EMPENHO	R\$ 99.907.443,31
SALDO (LIMITE DISP. - DESPESAS NÃO EMPENHADAS)"	-R\$ 119.381.583,04

PREVISÃO DE AUMENTO DE LIMITE DE EMPENHO	
AGOSTO	R\$ 80.901.391,80
SET/DEZ	R\$ 111.041.500,20

O Coordenador-Geral **Leonardo Vieira** destacou que a Senasp vem buscando junto ao MP e a SOF liberação de limite para compensar despesas. Em reunião ocorrida naquela semana foi prevista portaria com a SOF para suplementar déficit e com previsão de aumento de limite de empenho será priorizado o que for emergencial e prioritário. O **Presidente** retomou a palavra dizendo que naquela reunião não poderiam esgotar o assunto do orçamento que perpassa por diversos itens, tais como, contratos que precisam ser honrados; os projetos da Secretaria que tem que ser mantidos; Força Nacional e colaboradores que demandam diárias, sendo que Senasp tem cerca de apenas 46 servidores; o compromisso de honrar o legado junto os estados. Afirmou que embora o governo considere a segurança pública uma prioridade, o contingenciamento tem sido bastante severo e impacta sobremaneira as atividades da Secretaria. O **Presidente** frisou que o desempenho da Força Nacional, por exemplo, fica comprometido com a falta de recurso: que quando assumiu a Senasp como Secretário havia 2700 mobilizados, presentemente tem 2277 mobilizados, sendo que é preciso que haja quantidade de profissionais suficiente para realização de rodízio nas várias operações, recursos para deslocamento, a estruturação de uma dinâmica para o bom funcionamento. O **Presidente** afirmou ser necessário pensar uma forma de institucionalizar a Força Nacional para que o pagamento dos profissionais seja feito por folha de pagamento, regularizando completamente a situação legal, evitando contratemplos. Concluiu que uma variedade de temas precisará passar pelo Conselho Gestor. Foi aberta a palavra para dúvidas e considerações dos conselheiros: não houve manifestação. **DELIBERAÇÃO A RESPEITO DAS ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES COM PENDÊNCIAS:** O Presidente informou que desde de 2012 não há publicação das atas de reuniões do Conselho Gestor no portal do Ministério da Justiça. Acredita-se que a movimentação dos conselheiros inviabilizava a aprovação, assinatura e a publicação das atas nas reuniões subsequentes. Foi debatido entre os conselheiros o tratamento que será dado às atas pendentes. A servidora **Mariana Pereira Rêgo** informou que foi recebido pela Senasp uma solicitação no SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) questionando a não publicação das atas. Também pontuou que seria muito dificultoso localizar todos os conselheiros participantes das reuniões anteriores para esclarecimentos e eventuais providências. A **conselheira Irina** sugeriu fazer uma nota técnica relatando as pendências das atas e submeter a Consultoria Jurídica (Conjur) e ao Secretário-Executivo para que este consulte a Casa Civil para amparar eventual decisão, sobretudo quanto ao SIC, e evitar problemas judiciais e questionamentos. O **Presidente** ponderou que a Conjur poderia ser acionada apenas para conhecer a decisão que o conselho adotar e apresentar eventual consideração. O **conselheiro Sylvio** pontuou que se os documentos produzidos a título de ata não obedeceram a todas as formalidades regimentais não podem ser consideradas atas, não podendo ser, portanto, reputadas como ato formal do conselho, sob pena de atribuir à conselheiro uma aprovação que não foi concedida. Ainda ressaltou que, em sendo publicados os documentos aqui denominados como "atas pendentes", estes não podem ser caracterizados como ato do conselho, devendo ser publicados em caráter precário, mais como um documento informativo, não produzindo efeito jurídico. Após os debates foi colocado em votação duas opções de tratamento das atas pendentes: [1] A primeira opção consiste em verificar as atas à luz do regimento à época, caso possuam votos suficientes para aprovação

deverão ser publicadas. As que não possuírem votos suficientes terão as minutas de atas, da forma como se encontram, disponíveis para consulta na Senasp como documento informativo, sendo divulgada no Portal MJ nota explicativa. Votaram A FAVOR desta opção os seguintes membros: **Carlos Alberto** dos Santos Cruz (Presidente); **João Francisco** Santos (representante titular MJSP); **José Fernandes** Pontes Júnior (representante titular do MP); **Sylvio Cezar** Koury Musolino Filho (representante titular da Casa Civil); **Hélio Fernando Rosa de Araújo** (representante titular do GSI); [2] A segunda opção consiste em submeter à Conjur o procedimento exposto na primeira opção. Neste sentido, votou A FAVOR a conselheira **Irina Karla Bacci** (representante suplente da SDH), justificando buscar resguardar a atuação do Conselho. **OUTROS ASSUNTOS:** O conselheiro Sylvio pediu que as apresentações utilizadas na reunião fossem encaminhadas aos e-mails. Ficou também acertado que a minuta de ata da reunião fosse enviada por email aos conselheiros antes da próxima reunião para apreciação e considerações. **PRÓXIMA REUNIÃO DO CONSELHO:** Ficou definido que a próxima reunião ordinária do Conselho será no dia 28 de setembro de 2017. O **Presidente** pontuou os seguintes assuntos para constar da pauta: Orçamento 2017 e Planejamento orçamentário 2018; Execução orçamentária; Projetos; Convênios. A **conselheira Irina** falou que a SDH tem interesse em apresentar ao Conselho dois projetos daquela Secretaria: o PROVITA que é o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e o projeto que trata da equipagem das ouvidorias de polícia. Segundo a conselheira, já havia um diálogo com a Senasp para que o fundo apreciasse essas iniciativas, todavia, com o contexto de crise foi postergado. Ficou então decidido pela apresentação desses projetos pela SDH na próxima reunião. O **conselheiro Sylvio** solicitou que a Senasp traga para o Conselho informação de como a Secretaria avalia tecnicamente os projetos relativos ao Fundo, quais os critérios e parâmetros utilizados. O **conselheiro Jean** mencionou que seria viável trazer ao conselho apenas as propostas de projetos que já foram aprovados tecnicamente, sugestão anuída por todos. Na sequência, o conselheiro procedeu a leitura do art. 20 do Regimento Interno que fala que o presidente do Conselho Gestor poderá decidir, ad referendum do colegiado, sobre matéria previamente examinada, e com parecer favorável da Senasp, a qual deverá ser apresentada para deliberação do Plenário na primeira reunião subsequente, ordinária ou extraordinária. Essas decisões deverão ser justificadas. Neste passo, o **conselheiro Jean** comentou que a Senasp não interrompeu suas atividades no período em que não houve reuniões do CGFNPS, sendo necessário expor ao colegiado as decisões ad referendum do presidente, caso haja, e debater o que fazer caso não haja decisões, de modo a regularizar eventuais pendências. O **Presidente** afirmou que não irá recomendar ao conselho aprovar o que não viveu, aquilo que foi feito quando cada um não era conselheiro. Opinou que essa situação deva ser tratada como um relato, mas que o tema poderia ser debatido na próxima reunião. O **senhor Kalid Nogueira Choudhury** falou da necessidade da Senasp apresentar ao Conselho um relatório do que ocorreu desde a última reunião dos conselheiros em 17/12/2015 até presente momento. **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Nada mais havendo para tratar, o **Presidente** encerrou a reunião às dezessete horas e vinte minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Carlos Alberto dos Santos Cruz
Presidente

Jean Ricardo Alves Duque
Vice-Presidente

João Francisco Goulart dos Santos
Titular – MJSP

José Fernandes Pontes Júnior
Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Sylvio Cezar Koury Musolino Filho
Titular – Casa Civil

Luiz Coimbra Barbosa
Suplente – Casa Civil

Hélio Fernando Rosa de Araújo
Titular – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Márcio Paulo Buzanelli
Suplente – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Irina Karla Bacci
Suplente - Secretaria dos Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **José Fernandes Pontes Junior, Usuário Externo**, em 16/11/2017, às 10:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO PAULO BUZANELLI, Usuário Externo**, em 16/11/2017, às 10:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELIO FERNANDO ROSA DE ARAÚJO, Usuário Externo**, em 16/11/2017, às 15:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Goulart dos Santos, Representante Titular da Secretária Nacional de Segurança Pública no CGFNPS**, em 17/11/2017, às 16:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN RICARDO ALVES DUQUE, Diretor(a) de Administração**, em 23/11/2017, às 14:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto dos Santos Cruz, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 11/12/2017, às 18:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ COIMBRA BARBOSA, Usuário Externo**, em 30/03/2018, às 13:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5453344** e o código CRC **86017E7F**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.